

Vidas Arrastadas: A Ruptura da Barragem Algodões I

Dragged Lives: The Break of Dam Algodões I

Léia Lima Soares

Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí

E-mail: leiah_lima@hotmail.com

Masilene Rocha Viana

Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora da Universidade Federal do Piauí

E-mail: masilene@uol.com.br

Endereço: Léia Lima Soares

Endereço: Quadra 06 Bloco 08 Apt. 103 Morada Nova I
Teresina- Piauí.

Endereço: Masilene Rocha Viana

Endereço: Universidade Federal do Piauí, Centro de
Ciências Humanas e Letras, Departamento de Serviço
Social. Campus Ministro Petrônio Portela - Ininga

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 26/02/2016. Última versão
recebida em 20/03/2016. Aprovado em 21/03/2016.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

Esse trabalho faz a análise da questão social a partir do rompimento da barragem Algodões I, no Piauí gerando morte de pessoas, animais e causando danos ambientais, além da desterritorialização de famílias e graves efeitos sobre suas condições de vida. A pesquisa tomou como foco a mobilização dos atingidos e a intervenção pública frente à questão e foi realizada a partir de fontes orais e de análise documental. A reflexão se assenta no debate mais geral da luta dos atingidos por barragens, especialmente os que põem em xeque o modelo energético brasileiro que mercantiliza a água e a transforma em bem sujeito à lógica do mercado. O caso de Algodões I constitui-se uma expressão da barbárie das políticas de desenvolvimento que, para além das águas que arrastam vidas, dizimando-as, indica a negligência do Estado na manutenção dos seus equipamentos e a conduta de desatenção e precária intervenção frente às demandas dos atingidos que, no caso analisado, ainda aguardam respostas do Estado.

Palavras-chave: Questão Social. Atingidos por barragens. Barragem Algodões I.

ABSTRACT

Analysis of the social question from the disruption of Cottons I dam in Piauí causing death of people, animals and causing environmental damage beyond the dispossession of families and serious effects on their living conditions. The research took as its focus the mobilization of affected and public intervention to the issue front and was held from oral sources and document analysis. The reflection is based on the more general debate of the struggle of affected people, especially those who pose a risk to the Brazilian energy model which commercializes water and turns into commodity subject to market logic. The case Cottons I is in an expression of barbarism of development policies that, in addition to water trailing lives, decimating them, indicates the State's negligence in maintaining their equipment and conduct of inattention and poor front intervention the demands of those affected, which in the analyzed case, State still awaiting responses.

Keywords: Social Issues. Affected by Dams. Dam Algodões I.

1 INTRODUÇÃO

A água vem se tornando cada vez mais bem sujeito à lógica do mercado capitalista mundial em busca de novas fronteiras. São águas cercadas, privatizadas, mercantilizadas, barradas, sujeitas às vicissitudes e aos interesses da força do grande capital no desejo de acumular, quase sempre em detrimento dos interesses das populações locais, dos agricultores familiares, dos quilombolas, dos povos do campo. Porém, água, sendo fonte de vida, pode se tornar também causa de desastres e motivo de muitos conflitos. Analisamos no presente artigo a questão social produzida pelo rompimento de uma barragem, Algodões I, causando uma tragédia de grandes proporções em dois municípios do Norte do Estado do Piauí, Cocal e Buriti dos Lopes em 2009.

Os usos, necessidades e riscos das barragens constituem temáticas de grande relevância, sobretudo em tempos em que em nome do desenvolvimento muitos mega projetos de hidrelétricas são promovidos, pondo em relevo a matriz energética brasileira e apontando para seus efeitos danosos os povos desterritorializados ou, como no caso de Algodões I, aos que são arrastados pelas águas em uma catástrofe. Assim, o problema dos atingidos, como uma expressão da questão social insere-se no rol de preocupações sociais, uma vez que as barragens e hidrelétricas são construídas sob o signo do desenvolvimento, do progresso, da urbanização, do “desenvolvimento sustentável” e, amparadas no discurso da garantia do acesso à água e energia elétrica. No entanto, causam inúmeros problemas para as populações atingidas diretamente e à sociedade como um todo, que sofre os impactos socioambientais desses empreendimentos.

A barragem Algodões I, embora não tenha sido construída com a finalidade de geração de energia elétrica constitui um exemplo emblemático de como um equipamento público, nascido com a finalidade de desenvolver e contribuir para a melhoria das condições de trabalho e vida da população de uma localidade, não se prestou a tais objetivos satisfatoriamente, tendo sua manutenção sido negligenciada, o que acabou por gerar uma tragédia que põe em relevo a necessidade de se pensar os usos e abusos cometidos pelo poder público nos diversos momentos do ciclo das políticas públicas envolvidas, do planejamento à avaliação.

Utilizando uma metodologia qualitativa, realizamos pesquisa de campo e documental (entrevistas com atingidos, análise de documentos públicos e de material de mídia), de forma a identificar a mobilização dos atingidos, a intervenção pública frente ao problema do rompimento da barragem, buscando conferir visibilidade ao drama socioambiental gerado e as

respostas do Estado ao problema. Apresentamos a seguir parte dos esforços de pesquisa, em especial fixamos nossa atenção na questão social produzida a partir da ruptura da barragem, com ênfase nos depoimentos orais dos atingidos. A primeira seção, a do referencial teórico, traz alguns aspectos gerais da história da barragem e da questão social produzida com seu rompimento, além do debate acerca das demandas gerais dos movimentos sociais ligados à matriz energética e aos atingidos por barragens e hidrelétricas; a segunda seção destaca a metodologia da pesquisa desenvolvida. Na terceira seção, apresentamos os resultados e discussão onde dirigimos o foco para diálogo com os depoimentos orais dos atingidos pela ruptura da barragem Algodões I, buscando apontar parte dos efeitos da tragédia na vida da população, revelando o quão perversa ou precária pode ser a “(des)atenção” do Estado frente a povos vulneráveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Data de 1958 a criação de um pequeno barramento denominado Açude dos Algodões, como parte da política da açudagem do Departamento Nacional de Obras contra a seca (DNOCS) que previa a construção de açudes e barragens para fins de abastecimento de água para a população. Nascia, portanto, apenas como reservatório e ainda sem sistema de canalização e distribuição da água. Somente em 1995 foi construída a grande estrutura da barragem de Algodões pelo DNOCS e pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI) com o objetivo de realizar o abastecimento de água da cidade de Cocal e perenizar e regularizar a vazão do rio Pirangí, favorecendo a agricultura familiar e aproveitamento hidroagrícola das terras a jusante do açude, além do objetivo de estimular a criação de peixes e a promoção de turismo e lazer da região. A obra custou cerca de 50 milhões de reais e apesar de questionamentos feitos na fase de construção, foi finalizada em 2001 (OLIVEIRA, 2013, p.57-61).

No entanto, como informa a mídia local, a barragem nunca cumpriu os fins a que se destinava e tampouco alcançou o limite máximo de acumulação de água (BARRAGEM ALGODÕES, 2009), acrescentando-se a isto falhas na estrutura da barragem e falta de manutenção por parte dos responsáveis, o que ocasionou o seu rompimento, ocorrido em 27 de maio de 2009, causando a morte de nove pessoas, com mais de 90 feridos, além da perda de muitos animais domésticos, plantações, e toda a infraestrutura da região sendo varrida pela força da água que atingiu 20 metros no vale do Rio Pirangí em Cocal e povoados do

município de Buriti dos Lopes, deixando ilhados os sobreviventes no cume de um morro por mais de um mês, onde auxílio somente era possível através de helicóptero.

Tal rompimento foi envolto em inúmeras polêmicas, já que a tragédia tinha sido anunciada face aos vazamentos e fissuras que vinham sendo detectadas antes e que não tiveram a devida atenção dos responsáveis. Conforme a Cáritas brasileira (2011), foi constatado o primeiro vazamento na barragem em junho de 2008, razão pela qual havia sido elaborado um projeto de reconstrução de parte de sua estrutura. No entanto, tal projeto nunca fora executado, tendo sido realizados apenas reparos paliativos até o agravamento dos problemas quinze dias antes da tragédia, quando famílias abandonaram ou foram retiradas das áreas de risco.

Como asseveram Valencio, Gonçalves e Marchezine (2007, p.14), é recorrente no senso comum considerar os acidentes como eventualidades, como mero acaso. No caso de desastres de rompimento de barragens, especialmente, vítimas fragilizadas e expectadores podem compreendê-los equivocadamente como fatalidade e evento súbito. Pode ainda ocorrer a aquiescência quanto a catástrofes anunciadas, impulsionadas por um pensamento conservador, quando especialistas dos projetos anunciam sua iminência, bastando alertar a população sobre os riscos. Estas concepções que falseiam a realidade precisam ser desconstruídas, pois o rompimento de uma barragem, distante de ser uma fatalidade, é a materialidade de um problema técnico com possíveis graves repercussões socioambientais.

2.1 Água: fonte de vida ou ceifando vidas?

No caso de Algodões I, antes do rompimento e em face do risco iminente, as famílias foram abrigadas em escolas, igrejas e casas de familiares durante duas semanas por ordem judicial, até que uma equipe do governo estadual encaminhou-se ao local para avaliar o problema, momento em que o engenheiro responsável descartou qualquer perigo, levando a Defesa Civil, sem posse de qualquer laudo, a autorizar o retorno das famílias às suas casas, embora um relatório do Corpo de Bombeiros orientasse as famílias a continuarem distantes de suas moradias, por precaução. (ECODEBATE, 2009). Essa questão foi arrolada pela justiça na condenação do Estado, quando, em sentença, a juíza afirmou que,

O Estado do Piauí e a EMGERPI [Empresa de Gestão de Recursos do Piauí] assumiram todos os riscos ao determinarem que as pessoas que se encontravam fora da área de risco, retornassem aos locais próximos a barragem sem a devida conclusão das obras estruturais e em total desrespeito a liminar, o que torna evidente

o dever de reparar integralmente os danos morais e materiais ocasionados às vítimas (PORTAL O DIA, 2013).

Esse quadro de descaso público contribuiu para agravar os efeitos do rompimento da barragem, iniciando-se uma longa jornada de luta dos atingidos por assistência da parte do Governo do Estado do Piauí. Neste sentido, as vítimas de Algodões I mobilizaram-se no sentido de ganhar força, unindo-se a outras entidades e representações políticas com o fito de dar visibilidade ao caso e obter respostas do Estado. Foi assim que nasceu a Associação das Vítimas e Amigos das vítimas da catástrofe causada pelo rompimento da Barragem Algodões I (AVABA), com o objetivo de representar os atingidos como sujeitos políticos, reunindo forças para garantir direitos. Em 2013 a associação contava com, aproximadamente, 1.300 associados incluindo os atingidos dos dois municípios afetados.

Depois da catástrofe, a população atingida foi abrigada em prédios públicos, casas alugadas ou de parentes, experimentando um longo período de incertezas. Somente depois de, aproximadamente, dois anos foi concluída a construção de agrovila para assentamentos de parte dos atingidos, sem que esta população pudesse ter tido participação efetiva nos processos decisórios quanto a suas novas moradias (localização, estrutura da casa, número de cômodos, entre outros aspectos). Destarte, a construção das casas foi realizada sem que a população fosse escutada e, principalmente, sem a infraestrutura básica (energia elétrica e canalização de água). Nesse período, embora a organização política das vítimas fosse ainda incipiente devido à própria fragilidade dos impactados pelos acontecimentos, as necessidades e o insustentável desrespeito da ação governamental despertavam as pessoas, a se decidirem realizar uma ocupação desses assentamentos. (OLIVEIRA; MORAES, 2012, p.10-15).

Intrigante é que, desde o rompimento, planejava-se a construção de uma nova barragem com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2) sob o discurso da geração de empregos para a população. Preocupada com a questão, a AVABA protocolizou, em 21 de agosto de 2012, pedido de liminar para a suspensão da execução da Barragem Nova Algodões que estava prevista para iniciar em 2013, sem que houvesse a indenização integral às vítimas de Algodões I, tampouco a recuperação do leito do rio Pirangí (VÍTIMAS... 2012). A associação também buscou chamar a atenção das mídias e do governo para o perigo iminente de colapso de outras barragens no Piauí, especialmente as de Poções em Itaueira e Algodões II em Curimatá, que sofriam com a falta de manutenção.

A intervenção pública na questão sempre foi fortemente discutível. A Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC) atribuiu “perda total” para as famílias que tiveram suas casas inundadas e também a perda da mobília. Idenizaram-nas, então em casa do

assentamento e R\$ 5.000 (cinco mil reais) de crédito para comprar móveis. A “perda parcial” enquadrava os que não tiveram a casa derrubada; Nesse caso, tiveram que optar pela casa ou pelos cinco mil reais. No entanto, houve pessoas que não perderam as casas, mas tiveram as roças e as criações de animais completamente destruídas. À parte estas parcas indenizações, as famílias desdobraram-se para sobreviver da renda de familiares idosos aposentados e com o benefício do Programa “Bolsa Família”, pois, pouco mais de duzentas famílias de Cocal, das mais de mil atingidas estavam recebendo uma pensão do governo do Estado distribuída de forma cumulativa, sendo R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por unidade familiar; R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa adulta e R\$ 30,00 (trinta reais) por criança. (OLIVEIRA, 2013, p.106). Em novembro de 2014 o Tribunal de Justiça do Piauí determinou o pagamento do benefício alimentar mensal também às vítimas moradoras do município de Buriti dos Lopes, totalizando 763 famílias dos dois municípios a receber pensões até que fosse efetuado o pagamento integral das indenizações.

Durante esses seis anos da tragédia poucas ou insuficientes mudanças ocorreram para melhorar a situação dos atingidos. Quando a barragem estourou, toda a canalização de água foi destruída. Os poços na região ofereciam água de uso inapropriado, pois, conforme a Defesa Civil, todo o lençol freático da região encontrava-se contaminado. Desta forma, a maioria das famílias sofria com a falta de água; e os poucos habitantes da região que compraram poços forneciam água aos que não tinham poder de compra, além do problema dos que foram assentados na agrovila em relação às altas taxas de energia elétrica pagas nas casas dos assentamentos.

Em fevereiro de 2014, muitos portais de notícias do Brasil divulgaram o fato de que o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, na época da tragédia no cargo de governador do Estado do Piauí, era “réu por homicídio culposo”, dando conta do processo penal instaurado contra ele, a ex-presidente da EMGERPI e o engenheiro que avaliou a obra junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Todavia, segundo o ex-governador, não havia responsáveis pelo rompimento da barragem, uma vez que o fato consistiu em uma fatalidade em virtude das fortes chuvas na região naquele momento e o Governo do Estado ter adotado todas as medidas de precaução contra o rompimento da barragem. (EXAME, 2014).

Dois meses depois, o Tribunal de Justiça julgou o pedido de indenização dos atingidos. Na oportunidade, foi realizado protesto no plenário, quando foi determinado o pagamento, pelo governo do Estado, de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) de indenização por danos materiais às vítimas, assim definido: famílias que tiveram vítimas fatais, indenização de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), aos que sofreram lesão

grave, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e aos que tiveram lesões leves, R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais) (PORTAL O DIA, 2014). Cumpre observar que os valores de indenização definidos distanciaram-se muito do pretendido e calculado pelo Ministério Público.

2.2 A questão social dos atingidos por barragens

A problemática dos atingidos por barragens constitui-se expressão da questão social, uma vez que é produto da dinâmica de acumulação capitalista e do conflito entre capital e trabalho que busca a extração de lucros sem medir a dimensão dos danos causados a grande parcela da população. Em geral, as condições de vida em que se encontram os atingidos por barragens envolvem a violação de direitos em larga escala: a pauperização, problemas de habitação, saúde, condições de trabalho, o adoecimento, a perda de laços identitários, até a eliminação de cidades inteiras por alagamento.

Importante destacar também que esta questão não está limitada apenas à realidade brasileira, ou de determinada região. Trata-se de um processo mais ampliado e relativo à lógica de acumulação do capital, em geral, na busca de novas fronteiras para a expansão dos interesses de grandes empresas transnacionais, associadas a governos que adotam majoritariamente o modelo de matriz energética hídrica. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

A construção de hidrelétricas, a multiplicação das mineradoras e de empresas de celulose está dentro de uma lógica. Vejamos: a) constroem-se hidrelétricas financiadas com dinheiro público, b) vende-se esta energia gerada por preços internacionais ao povo de cada país para obter o máximo de lucro, c) no caso dos grandes consumidores, recebem energia subsidiada, a preço de custo, das empresas do governo, para abastecer suas indústrias eletrointensivas (minerais e de celulose), e d) a produção final destas indústrias é enviada (exportada) aos países centrais, a custos baixíssimos, inclusive com isenção de impostos. Ou seja: todos os planos de novas hidrelétricas, de mineradoras e de celulose estão minuciosamente articulados a serviço da acumulação imperialista. (MAB, 2014)

Dentro da lógica capitalista, a energia gerada pelas hidrelétricas é mais rentável em relação às demais, possuindo os menores custos ao tempo em que privilegia os maiores consumidores dos países centrais. Por estas razões testemunha-se a corrida desenfreada das multinacionais para dominar o setor na geração e na distribuição de energia. (MAB, 2008).

Ulloa e Bellini (2009, p.3) afirmam, com base no relatório da Comissão Mundial de Barragens do ano 2000, que as grandes barragens e os projetos de “desenvolvimento sustentável” são responsáveis por uma infinidade de danos sociais e ambientais, como

exemplos, o deslocamento de 40 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo; o comprometimento dos meios de subsistência de milhões de pessoas que viviam rio abaixo e rio acima das represas, em particular daquelas que dependiam das planícies de inundação natural e da pesca; a degradação das bacias, devido à inundação da zona dos reservatórios; os impactos negativos nos meios de subsistência, cultura e espiritualidade de grupos indígenas, tribais e minorias étnicas; e a perda de habitat natural e da biodiversidade aquática.

Com efeito, como asseveram Silva e Silva (2011, p. 398), as barragens, por meio das grandes usinas hidrelétricas, são empreendimentos executados sob uma lógica economicista, consistindo em projetos de reprodução ampliada da dominação capitalista, quando se tem a apropriação de espaços, territórios, recursos humanos e naturais em prejuízo das populações locais, o meio ambiente, o patrimônio cultural e a memória local. A promessa de benefício contida nestes projetos de geração de energia elétrica para a população por certo é contraditada por mais prejuízos que vantagens para os atingidos.

Porém, quem é o “atingido por barragens”? Preocupadas em entender não só as condições de trabalho e vida desses sujeitos, e é preciso refletir sobre o alcance conceitual dessa categoria, que ainda carece de reflexão e visibilidade no meio acadêmico. Silva e Silva (2011, p. 398) entendem que “o atingido é aquele que de alguma forma sente os efeitos da construção e operação de uma usina hidrelétrica, podendo ou não ser deslocado compulsoriamente para áreas diferentes daquela que ocupava”. Tal abordagem limita “atingindo” ao impactado por hidrelétricas, desconsiderando os casos de atingidos por barragens que não necessariamente estejam voltadas para a geração de energia elétrica. Ressalta-se que os atingidos ou deslocados para a formação do lago não são apenas os proprietários de terra, mas também trabalhadores rurais que tiveram os meios de trabalho e de subsistência destruídos. Entendemos que os atingidos por barragens, para além dos alagados ou deslocados para a formação do lago e instalação da usina, são também os que sofrem sob efeito de situações como a ruptura de barragens, em que o teor da tragédia multiplica os danos e perdas.

O Estado, historicamente, é o maior construtor de barragens e usinas hidrelétricas no Brasil. Desde o início do século XX realizou barramentos e inúmeros açudes com o objetivo de acumular água para os diversos usos humanos. Sob a lógica desenvolvimentista, o DNOCS concretizou, desde os anos 1950, grande parte dos açudes e usinas hidrelétricas do Brasil. Sob o neodesenvolvimentismo, o Estado segue com as instalações destes megaprojetos. No ano de 2010, o governo anunciou a pretensão de construir 54 hidrelétricas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). (AMBIENTE E ENERGIA, 2014).

Conforme o MAB, atualmente há três grandes obras em andamento na região Amazônica que revelam as dimensões do problema: a barragem de Belo Monte, que está sendo construída no Pará para ser a segunda maior hidrelétrica do Brasil; outra obra é o “Complexo Tapajós” onde será construído um conjunto de sete usinas hidrelétricas com a inundação de uma extensa área; a terceira obra é a construção das barragens de Santo Antônio e Jirau em Rondônia, impactando profundamente o rio Madeira, a vegetação e a vida das famílias que vivem nas regiões. Estas obras projetadas e executadas por grandes empresas e grupos nacionais e internacionais contam com total apoio do Estado brasileiro e deixam um legado de contradições destas empresas antes, durante e depois para as populações locais e povos tradicionais. O faturamento e o lucro com a venda de energia elétrica destoam com as altas tarifas de consumo de energia elétrica e de água que os moradores pagam pelo serviço, em geral de má qualidade.

Neste campo contraditório entre a lógica do capital e do trabalho, os atingidos por barragens se organizam e se mobilizam por direitos, numa luta árdua em busca “não apenas de indenizações, mas o reassentamento “terra por terra” com projetos de irrigação e resgate dos elementos socioculturais da terra onde habitavam” (TEIXEIRA, 2001, p.129). A questão social desponta neste processo de resistência, uma vez que é representada não só pela exclusão e desigualdades, mas também pelo avanço das lutas e organização dos trabalhadores e grupos subalternizados pelo reconhecimento de direitos violados e por políticas públicas reparadoras. As primeiras lutas dos Atingidos por Barragens se deram com a mobilização de agricultores durante o processo de redemocratização do país, nas décadas de 1970 e 1980, através de sindicatos de trabalhadores rurais, organizações ligadas à Igreja Católica e ONGs.

Na contemporaneidade as respostas dadas pelo Estado a estas lutas nem sempre são satisfatórias. Em geral as indenizações são baixas, desiguais e o rol de critérios possuem lacunas que excluem mais ainda os mais pobres, tais como trabalhadores que não eram proprietários, mas que dependiam das terras que foram alagadas para a construção da barragem, pescadores que tiravam o sustento dos rios, carroceiros, balseiros dentre outros sujeitos que sobreviviam das relações de trabalho estabelecidas na região da barragem.

Entendendo que a “questão social” como totalidade processual remete à relação capital/trabalho, portanto à lógica de exploração capitalista e que as ações estatais têm como meta primordial o enfrentamento de situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa, sabemos que, evidentemente, esse atendimento não se dirige à raiz do problema; pelo contrário, é orientado para enfrentar algumas manifestações da questão social como problemáticas particulares, fragmentando, estilizando e atomizando as demandas sociais

como uma forma de reprimir, acalmar e calar as vozes que atentem contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida. (PASTORINI, 2004, p.110). Assim, as respostas do Estado para a situação dos atingidos por barragens são, em geral, pontuais e tardias. Digno de registro é o fato de o MAB pressionar o governo, desde 2010, para a criação de uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB) que comporte a definição de direitos, o marco legal, os órgãos do Estado responsáveis e as fontes de financiamento.

3 METODOLOGIA

Com relação aos procedimentos metodológicos deste trabalho, destaca-se a opção pela abordagem qualitativa da pesquisa social, a partir do uso de fontes primárias e secundárias. Para a obtenção dos dados primários, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com sujeitos distintos: atingidos pela barragem, representantes de instituições governamentais e de organizações não-governamentais com intervenção no caso. Utilizamos, também, para compor o quadro analítico, documentos institucionais, de consulta a literatura especializada nas temáticas em foco e o acesso contínuo aos meios midiáticos de comunicação, principalmente portais de informação que contribuíram para entender como o caso foi tratado, sobretudo na mídia estadual.

Afirma-se que a pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI e foi realizada atendendo aos requisitos para o desenvolvimento da pesquisa envolvendo seres humanos com atenção aos princípios dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde referente à ética em pesquisas que abordam seres humanos. Assim, os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e convidados a colaborarem para o desenvolvimento da mesma através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que assegura a preservação da identidade e a segurança das informações prestadas. Para tanto, como recurso técnico a fim de garantir o anonimato, realizou-se a codificação dos dados de entrevistas e observações.

A produção científica sobre a questão dos atingidos por barragens no Brasil ainda é incipiente e particularmente no que tange ao caso Algodões I, a reflexão é escassa no meio acadêmico. Para melhor compreender como a questão se apresentava no Piauí buscou-se aproximação com as discussões acerca do Movimento dos Atingidos por Barragens, atores, estratégias de luta e conquistas, iniciativa que corroborou para a elucidação da trajetória dos atingidos por Algodões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As agruras dos que foram atingidos pela ruptura da barragem iniciaram bem antes do dia fatídico. Com efeito, a população dos povoados próximos já vivia em alerta em face da possibilidade de quebra de uma das paredes da barragem, e por conta de já ter ocorrido quebra de duas outras barragens de pequeno porte na região de Buriti dos Lopes, o que provocou transtornos à população que teve casas alagadas. O relato a seguir é revelador dos transtornos por que passaram muitas pessoas, que antes da tragédia maior, já experimentavam restrições à liberdade de ir e vir.

Aí aconteceu essa enchente aonde caiu essas três casas e algumas paredes de outras, [...] dia 3, dia 4 [de maio]. Aí quando foi dia 11 vieram deixar umas cestas básicas aqui, a prefeitura junto com a Defesa Civil, porque o rio era o tempo todo cheio, então tava dificultando o acesso da gente ir a Buriti comprar alguma coisa, tinha dia que a gente não tinha nem o café pra passar, porque alguns comerciosinhos que tinham por aqui, tudo tinha que passar por dentro d'água (atingida da zona rural de Buriti dos Lopes).

A população atingida foi, de forma geral constituída por famílias que trabalhavam em atividades agropecuárias para garantir a subsistência, enfrentando os desafios da “modernização da agricultura”. Para ilustrar o drama de pobreza e dificuldades dessas famílias, mas também oferecendo indicação de suas atividades produtivas ligada às águas, um dos atingidos afirmou: “tinha gente que passava de semana só se alimentando dos peixes que pescava. Não tinha dinheiro pra comprar arroz, tinha o feijão que colhia, [...] o peixe e o feijão era o alimento daquela pessoa”.

O relato é indicativo das atividades agropecuárias e extrativistas voltadas essencialmente para a subsistência da família, em geral sem acesso a empregos formais. Nessas localidades também é comum o sistema de troca de serviços, escambo da força de trabalho. Conforme uma das moradoras atingidas, “quando faz roça, as pessoas trocam o dia de serviço com o outro. [...]. Você me convida pra trabalhar dois dias na roça, eu também tenho uma roça, aí você não pode me pagar em dinheiro, eu trabalho pra você e você trabalha pra mim. Aqui sempre foi assim”.

A questão do trabalho na zona rural da população atingida pela ruptura de Algodões I era difícil pela questão da falta de emprego, de renda, pelos desafios da agricultura familiar, sendo o êxodo rural, o intercâmbio de serviços, e a pluriatividade estratégias de sobrevivência e de busca por qualidade de vida. Com o rompimento da barragem de Algodões I essas

problemáticas acentuam-se exponencialmente, como podemos observar claramente no relato a seguir.

Quando a barragem rompeu ficou muito pior. [...] Por que acabou com tudo que as pessoas tinham, tinha gente que tinha criação de porco, galinha [...] Tinha gente que tinha terras boas, que poderiam plantar todos os anos, milho, feijão, mandioca, até arroz algumas pessoas daqui plantavam. E depois que ela veio as terras ficaram improdutivas, então piorou muito mais, a dificuldade ficou duas vezes maior do que o que era, porque teve gente que não conseguiu salvar uma galinha pra comer, aí você já pensou essas pessoas que não tem emprego, numa região parada que a única coisa que tinha era as criações e ter ficado sem nada, no zero, sem dinheiro, sem emprego. Eu fui uma dessas.

Com a tragédia, as famílias ficaram despojadas dos seus meios de trabalho; o meio ambiente foi violado, causando improdutividade das terras para o plantio; os rios foram alterados, tornando inviável a pesca de peixes; os animais foram mortos e o ecossistema desequilibrado, o que impossibilitou o trabalho das pessoas por certo período e mesmo a sobrevivência de muitos no lugar.

O deslocamento compulsório de atingidos por barragens seja para a construção do empreendimento, para reparos ou mesmo diante do risco de rompimento, como foi no caso de Algodões I provoca uma crise na população que passa pelos agravos de deixar o local de vida, transformando seu *modus vivendi* para se adaptar a outra realidade inesperada.

No caso de Algodões I, as consequências para a saúde e qualidade de vida atingiram todas as faixas etárias. Tendo a população idosa sofrendo os impactos de forma mais aguda, já que habituados a determinado modo de viver no campo, e a tiveram a rotina de vida campestre interrompida violentamente, ou ainda, caso de alguns, em face de demanda por cuidados especiais. Nos relatos orais, conversas com os atingidos, com profissionais, ou moradores dos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes sempre foi evidenciado o quanto os idosos sofreram com a tragédia. Muitos dos que sobreviveram ao desastre vieram a óbito em até um mês do rompimento da barragem, ao entrarem em depressão por não mais suportar as condições de vida, sem habitação, sem terras, sem a devida assistência, sobretudo, social e psicológica por parte dos responsáveis e pela incerteza dos dias seguintes.

As sequelas da tragédia ainda são sentidas pelos atingidos, pois, passados seis anos, a população ainda aguarda indenização pelos danos sofridos, e alguns ainda lutam para adaptar-se às condições de vida nas “agrovilas” construídas pelo Estado, com pequenas residências de arquitetura urbana, muito próximas umas das outras e impróprias para as necessidades de vida das famílias agricultoras, que agora se encontram sem espaço para o cultivo de alimentos e a criação de animais.

A saúde mental dos atingidos foi, também, de forma geral, afetada desde o estopim da tragédia. Muitos desenvolveram transtornos psicológicos e comportamentais.

Todo mundo ficou doente por causa dessa situação. E até hoje ao falar nisso eu fico nervosa, eu me tremo, eu passo mal, eu... eu...eu só tenho...daquela tragédia lembranças de coisas ruins. [...] Nós passamos um mês contado, sem dormir, vigiando um rio, sem comer, começando aqueles problemas todos que hoje as pessoas têm. (Atingida de Buriti dos Lopes).

O que veio em seguida ao trauma inicial foi mais uma etapa de vivência de incertezas dessa população, em face da negligência do poder estatal. Os atingidos sem moradia foram abrigados em casas de parentes, prédios escolares, e posteriormente, em casas alugadas nos centros dos municípios. Foi um período de muitas dificuldades, no qual ficavam quatro ou cinco famílias na mesma habitação, dependendo do pagamento do aluguel que seria pago pelo governo estadual através do repasse às prefeituras. No caso de Buriti dos Lopes, a população relatou que o pagamento do aluguel era atrasado, e que tinham, além disso, que realizar o pagamento de taxas de água, luz e gás de cozinha, com a renda do Programa Bolsa Família que recebiam, pois a prefeitura não realizava os pagamentos. Essa situação trouxe mais transtornos psicológicos para a população que se encontrava em situação de fragilidade.

Quando o governo atrasava o pagamento, o dono da casa simplesmente ia lá e dizia que ia botar todo mundo fora, então começou foi um problema psicológico nas pessoas. Eu adquiri problemas, até hoje eu tomo remédio, porque tava um terror lá com o dono da casa. [...] Eu vivia todos os dias era dentro numa rede. Eu mal fazia minhas coisas, só chorando, chorando e chorando e pensando o que eu ia fazer da minha vida, como é que ia ser dali pra frente, porque eu não tinha mais chão, não tinha mais, eu não sabia mais o que fazer. E pra terminar de completar, a minha vó que era de noventa e seis anos faleceu um mês depois da barragem. [...] Naquele momento você pode imaginar como é que tava minha cabeça, tava numa situação que eu nem sei lhe explicar, caí numa depressão profunda, e isso aconteceu com várias pessoas (Atingida de Buriti dos Lopes).

Os relatos são ricos na descrição de como o Estado foi negligente face dos impactos do rompimento da barragem na vida dessas pessoas, com graves prejuízos materiais e perda total de bens, além do desenraizamento e quebra de vínculos com o ambiente natural e com as referências de vida e trabalho, que, para muitos vinham desde tenra idade.

A situação, após o rompimento da barragem, particularmente, em face da ausência de moradia, da assistência psicológica insuficiente, da limitada assistência social e das condições materiais de trabalho nulas levaram as famílias a dependerem da doação de cestas básicas e do valor transferido pelo Programa Bolsa Família, recursos estes limitados no sentido de promover um mínimo de bem-estar com vistas à superação dos impactos traumáticos

experimentados. Longe disso, o que se observou foi um agravamento da questão social e notória negligência estatal no enfrentamento desses problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atingidos por barragens surgem das contradições de uma referência de desenvolvimento capitalista, por vezes resultado da implantação de modelo energético produtor de sérios danos ao ambiente natural e à população; portanto, como expressões de uma questão socioambiental a ser enfrentada. O modelo energético predominante no mundo, baseado na produção de energia através de usinas hidrelétricas é um dos mais perversos, sobretudo na medida em que gera energia como mercadoria a preços elevadíssimos. Mesmo as barragens que não têm como finalidade a geração de energia elétrica, mas simplesmente o armazenamento e controle das águas em determinado local, tal como Algodões I, inserem-se na lógica da construção de obras capitaneadas pelo Estado sob o signo da modernidade e, assim como os mega projetos de usinas hidrelétricas, não estão isentos de contradições que desencadeiam os mais diversos agravos sociais.

A instalação destas barragens ou mesmo tragédias decorrentes de usos indevidos, abusos ou negligências na manutenção desses equipamentos acarretam danos ao meio ambiente, alteração da fauna, da flora e dos rios, deslocamentos de populações com processos de desterritorialização de povos tradicionais e grupos étnicos, perda do patrimônio cultural. E mesmo quando são reassentados em outras regiões, em geral, esses povos sofrem com a exclusão social, o desemprego, a ausência dos meios de trabalho e subsistência, doenças (agravamento das existentes e aquisição de novas), a falta de água, de iluminação, o que dificulta sobremaneira a vida das pessoas e agrava a questão socioambiental. Na verdade, uma barragem traz em si o risco iminente de vazamentos e rompimentos, necessitando de manutenções que, em muitas situações são negligenciadas pelos responsáveis.

Os atingidos pela barragem Algodões I passaram desde o período anterior ao rompimento da barragem até o período pós-tragédia, por forte estado de estresse, de ansiedade e por transtornos os mais diversos. O impacto da catástrofe marcou e modificou profundamente a vida dos moradores da região, dificultando suas condições materiais de produção e reprodução da vida.

Na atualidade, a população atingida ainda aguarda indenização e muitos vivem em casas com padrão construtivo distante de suas necessidades. Grande parte vive na pobreza, sem espaço para a criação de animais e com dificuldades para continuar com suas roças, uma

vez que as terras tornaram-se improdutivas. Enfim, uma gama de problemas sociais foi desencadeada pela tragédia de Algodões I.

Os desafios são muitos, para os atingidos por barragens que reivindicam a garantia de direitos, indenizações justas, reassentamentos com condições dignas de moradia, renda e trabalho, acesso à água potável, mas, principalmente – e esta é a principal bandeira de luta do MAB-, impedir a construção de barragens e, quando não for possível, lutar para que estas não sejam construídas sem o consentimento das populações locais e sem as devidas informações. A luta da AVABA ainda sugere longo caminho. Muitos são os danos, pouco ou quase nada foi feito para solucionar o drama de Algodões I. Enquanto isso, muitos planejadores continuam a pensar em novos Algodões. Que as águas e os povos atingidos possam contar uma nova história e formular novos caminhos para suas vidas marcadas e arrastadas. Que a água só sirva como fonte de vida!

REFERÊNCIAS

AMBIENTE E ENERGIA. **PAC 2: Governo prevê 54 hidrelétricas.** Disponível em: <<https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2010/03/pac-2-governo-preve-54-hidreletricas/2065>> Acesso em 30.dez.2014.

BARRAGEM ALGODÕES: **tudo sobre a tragédia.** Redação 180 graus. 15 de junho de 2009. Disponível em: <<http://180graus.com/especiais/barragem-algodoes-leia-salve-e-entenda-tudo-aqui-212750.html> > Acesso em: 16.jan.2015.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Barragem Algodões I: dois anos após o rompimento, famílias lutam por um recomeço.** Junho, 2011. Disponível em: < <http://caritas.org.br/especial-barragem-algodoes-i-dois-anos-apos-rompimento-familias-lutam-por-um-recomeco-5/5060>> Acesso em: 30 jun. 2014.

ECODEBATE. **Rompimento da Barragem Algodões I: Rio seca e o drama agora é com socorro.** Jun. 2009. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/01/rompimento-da-barragem-algodoes-i-rio-seca-e-o-drama-agora-e-com-socorro/>> Acesso em 30. Jun.2014.

EXAME. **Líder do PT no Senado é réu por homicídio culposo.** Fev. de 2014. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/lider-do-pt-no-senado-e-reu-por-homicidio-culposo>> Acesso em: 1.jul.2014.

MAB. Coletivo de Educação. **Caderno Pedagógico: Textos de aprofundamento e debate.** ANAB, p.7 – 136. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/educacao_caderno2.pdf> Acesso em: 5.set.2013.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/gua-min-rios-e-modelo-energ-tico-para-que-e-para-quem>> Acesso em 31.dez. 2014.

OLIVEIRA, V. P.; MORAES, M. D. C. de. Povos, Territórios e Águas do Sertão: etnografando memória e territorialidade no Açude/barragem Algodões I, em Cocal – PI. **Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil**, XV. Teresina, 2012.

OLIVEIRA, V. P. **Algodões I, um drama social**: Povos e territórios do Açude/Barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia /UFPI. Teresina, 2013.

PASTORINI, A. **A categoria Questão Social em Debate**. (Questões de nossa época). São Paulo: Cortez. 2004.

PORTAL O DIA. **Governo deve R\$ 8 milhões em pensão às vítimas da Barragem Algodões**. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/governo-deve-r-8-milhoes-em-pensao-as-vitimas-da-barragem-algodoes-165779.html>> Acesso em 5.set.2013.

_____. **Algodões**: TJ determina indenização de R\$ 100 milhões para as vítimas: famílias que tiveram vítimas fatais vão receber R\$ 150 mil do Estado. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/algodoes-tj-determina-indenizacao-de-100-milhoes-para-as-vitimas-204578.html>> Acesso em 0.jul.2014.

TEIXEIRA, E. **O Local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, R. G. S; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia – MG. **Sociedade & Natureza** (Online) vol.23 n.3 Uberlândia, 2011.

ULLOA, V; BELLINI, L. M. A usina hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no rio Paraná (Corrientes, Argentina). **Sociedade & Natureza** (Online) vol.21 n.3 Uberlândia, 2009.

VALENCIO, N. F. L. S.; GONÇALVES, J. C.; MARCHEZINI, V. **Colapso de barragens**: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. *Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, II*, Salvador, nov. de 2007. Disponível em: <http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st1_COLAPSO%20DE%20BARRAGENS.pdf> Acesso em: 20.jun.2014.

VÍTIMAS da Barragem de Algodões proíbem construção de Algodões II. Ago, 2012. Disponível em: <<http://www.tvcanal13.com/noticias/vitimas-da-barragem-de-algodoes-proibem-construcao-de-algodoes-ii-25355.html>> Acesso em: 1.jul.2014.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SOARES, L. L; VIANA, M. R; Vidas Arrastadas: A Ruptura da Barragem Algodões I. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.3, art.14, p.247-264, mai./jun. 2016.

Contribuição dos Autores	L.	L.	M.	R.
	Soares		Viana	
1) concepção e planejamento.	X		X	
2) análise e interpretação dos dados.	X		X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X		X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X		X	